



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Exmo. Senhor Prefeito Fuad Noman, assim como ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, Senhor Leandro Cesar Pereira e ao Secretário Municipal de Meio Ambiental, Senhor Gelson Antônio Leite, para que seja retirada, imediatamente, a estrada de serviço situada dentro da Lagoa da Pampulha.

A estrada de serviço segue o canal dos córregos Ressaca e Sarandi, e faz com que acelere a deposição de sedimentos na área entre os Mirantes Biguá e Garça, acarretando o assoreamento de extensa área entre os referidos Mirantes, que está próxima à Ilha dos Amores.

A manutenção dessas estradas dentro do corpo hídrico, é a completa descaracterização e degradação do bem tombado em sua maior amplitude e potencial lesivo de dano ambiental, o que viola o art. 17 do Decreto-Lei nº25/1937, sendo necessário, urgentemente, a recuperação da área degradada.

Destaca-se, que a indicação está consubstanciada no dever de sugerir medidas de interesse público, as quais sejam de competência própria dos órgãos do Poder Executivo.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Ao Senhor  
Vereador Gabriel  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

CHEN DIEN ES-04/jul/24-15.48.44-01.0002



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, para que seja exigido da Prefeitura Belo Horizonte o imediato desassoreamento da Enseada do Zoológico da Lagoa da Pampulha, conforme condicionante estabelecida por este próprio órgão para que fosse autorizada a implementação do Parque Francisco Lins do Rêgo.

Desde 2004, ano no qual foi inaugurado o Parque José Lins do Rego, popularmente conhecido como Parque Ecológico da Pampulha. À época da inauguração do supradito parque, o IEPHA/MG fixou como condicionante para sua aprovação a recuperação integral do espelho d'água junto à Enseada do Zoológico, bem como a proibição de construções ou plantio de espécies de qualquer natureza na Enseada do Zoológico, conforme pode ser verificado no Ofício nº 422/03-PR que foi enviado, naquela oportunidade, para o Secretário Municipal de Estrutura Urbana. Destaca-se:

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2003

Of. nº 422/03-PR

Senhor Secretário,

Encaminhamos o detalhamento das condicionantes de aprovação elaboradas pela equipe técnica para os projetos no Conjunto Arquitetônico da Pampulha.

CHON-DINES 04/Jul/24 15:49:49 0409024



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **Espelho d' água :**

1. Recuperação integral do espelho d' água junto à Enseada do Zoológico.
2. Não permitir construções ou plantio de espécies de nenhuma natureza na Enseada do Zoológico.
3. Implantação de outra Estação de Tratamento de Esgoto na região da Avenida Heráclito Mourão, de modo a impedir o fluxo de poluentes e dejetos para o interior da Lagoa da Pampulha, que dão continuidade e agravam o processo de assoreamento.

Desde então o IEPHA encontra-se em infrutífera atuação para recuperar a área, para que seja feito o desaterramento desta área, apesar dos vários comunicados que reiteram a necessidade da recuperação total desta área.

Na 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, foi dito pelo representante e servidor do IEPHA que o desassoreamento da Enseada do Zoológico foi colocado como condicionante no processo de licenciamento do Parque Ecológico no ano de 2003, contudo a condicionante não foi cumprida e o patrimônio tombado continua sendo degradado.

Vale lembrar que, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais apontou que, *“quando do tombamento, em 1984, a Enseada do Zoológico se configurava como espelho d’água”*, sendo evidente que o assoreamento, o aterramento e eventual utilização da área para fins diversos, descaracteriza a orla e o espelho d’água.

Noutro giro, faz-se a ressalva de que a presente ação não pode ficar pendente e vinculada a outras medidas, como se pretendia fazer no desvirtuado edital de licitação SMOBI DQ – 016/2023, que possui como objeto a “Contratação dos Serviços de Consultoria para Elaboração do Plano de Requalificação da Enseada do Zoológico da Lagoa da Pampulha e o Plano de Erradicação da População da Leucena (*Leucaena leucocephala*) do Parque Ecológico Francisco Lins do Rego e da Enseada do Zoológico.”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destaca-se que a indicação está consubstanciada no dever de sugerir medidas de interesse público, as quais sejam de competência própria dos órgãos do Poder Executivo.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

A handwritten signature in cursive script, reading "Paulo Lara".

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Exmo. Senhor Prefeito Fuad Noman, assim como ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, Senhor Leandro Cesar Pereira, para que seja retirada, desde logo, a população de Leucenas (*Leucaena leucocephala*) do Parque Ecológico Francisco Lins do Rêgo e da Enseada do Zoológico.

A Leucena é tratada em diversos artigos científicos publicados em revistas e, por instituições conhecidas como *Embrapa*, como uma espécie vegetal invasora altamente prejudicial ao ecossistema pela alta capacidade de proliferação.

Sendo assim, a disposição da espécie exótica ao longo do espelho d'água desconfigurou o bem tombado, não tendo sido autorizado o seu plantio por não fazer parte do projeto paisagístico do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Pampulha.

Na Notificação Recomendatória do Ministério Público, oriunda do Termo de Cooperação Técnica MPC-MG/CMBH Nº 01/2023, tem-se as seguintes considerações:

"(...) Referida vegetação invasora descaracteriza o projeto paisagístico do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Pampulha, servindo de cortina vegetal dos ilícitos cometidos na orla e no espelho d'água da Lagoa da Pampulha. O paisagismo da extremidade oeste da Lagoa da Pampulha está gravemente comprometido, com a proliferação de milhares de exemplares da espécie invasora *leucaena*. (pág. 49/62)"

Além disso, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/98, em seu artigo 62 ao 69-A, a não remoção imediata da espécie *leucena* pode ser

CMBH - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - 15-40-50-01-0004-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

enquadrado como ilícito.

Destaca-se que a indicação está consubstanciada no meu dever de sugerir medidas de interesse público, as quais sejam de competência própria dos órgãos do Poder Executivo.

Noutro giro, faz-se a ressalva de que a presente ação não pode ficar pendente e vinculada a outras medidas, como se pretendia fazer no desvirtuado edital de licitação SMOBI DQ – 016/2023, que possui como objeto a “Contratação dos Serviços de Consultoria para Elaboração do Plano de Requalificação da Enseada do Zoológico da Lagoa da Pampulha e o Plano de Erradicação da População da Leucena (*Leucaena leucocephala*) do Parque Ecológico Francisco Lins do Rego e da Enseada do Zoológico.”.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação, a ser encaminhada ao Exmo. Senhor Prefeito Fuad Noman, para que sejam realizadas de imediato todas as desapropriações e as criações de faixa de servidão previstas no acordo judicial na Justiça Federal, nos autos da ação 1066131-83.2021.4.01.3800, que corre na 19ª Vara Federal de Belo Horizonte, entre as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e o Ministério Público Federal (MPF) que teve a finalidade de implantação de um plano de despoluição da bacia hidrográfica da Lagoa da Pampulha para fins de erradicação do lançamento de esgoto.

A medida se impõe, uma vez que a COPASA não pode ter atrasos nas execuções de suas ações elencadas no acordo judicial e, como há pelo o menos 677 ações a serem realizadas pela administração pública de Belo Horizonte, recomenda-se que todas elas sejam implementadas desde já.

Sugere-se, outrossim, que a Prefeitura de Belo Horizonte officie a Prefeitura de Contagem para realizar as mesmas atividades, deixando o caminho livre para que o acordo seja cumprido.

Isso posto, destaca-se que a indicação está consubstanciada no dever de sugerir medidas de interesse público, as quais sejam de competência própria dos órgãos do Poder Executivo.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Ao Senhor  
Vereador Gabriel  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

CHON\_010166-04/Jul/24-15-AD-06-04/0005-4